



BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO E CULTURAL DE ARCEBURGO

ANO XVI – Nº 82 – JULHO – AGOSTO – SETEMBRO – 2022

COMEMORAÇÕES:
200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA
129 ANOS DA FUNDAÇÃO ARCEBURGO
111 ANOS DA EMANCIPAÇÃO
37 ANOS DA FUNDAÇÃO DO I.H.C.A.



O CENTRO DE ESTUDOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM MINHA VIDA ACADÊMICA

Continuando minhas reminiscências para o Boletim do Instituto de Arceburgo, falarei sobre meus passos acadêmicos, após os problemas com o Ministério da Fazenda.

Pessoalmente, a vida, na década de 70, teve muitos imprevistos. A defesa do “caso Sudam”, que manteve meu sócio e eu, em delicada situação profissional durante muitos anos – os anos de 69 a 71, em face da guerrilha, foram os anos mais duros da repressão – pois, um escritório que mantinha divergências jurídicas com o governo, era o que os clientes menos queriam. Foi nesta época que decidi incrementar minha vida acadêmica, que vinha, timidamente, exercendo em palestras e cursos de extensão.

Em 1972, Padre Xavier reuniu-se com Emérico, Jorge Cintra, Walter Borzani e comigo pedindo que criássemos um Centro de Estudos, que poderia começar na Residência do Sumaré, onde tínhamos um auditório para 140 lugares.

Acatamos o empreendimento. Jorge, de imediato, organizou um curso de liderança empresarial com a participação de muitos empresários, em fins de 1972. Borzani, em 1973, proferiu um Ciclo de palestras, que denominou de “A formação do pesquisador”. Os dois eram professores da Politécnica e Borzani tinha sido diretor do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas).

Organizei, então, o primeiro curso de direito do Centro, a que denominamos na época de “Centro de Estudos de Extensão Universitária”. O curso, em 14 aulas, era intitulado “Atualização em Direito Tributário”. Fui seu coordenador, mas responsável apenas pela primeira aula, tendo distribuído as outras 13 por 13 dos mais conceituados tributaristas da época, em São Paulo das 3 principais Faculdades de Direito (USP, PUC e Mackenzie). O curso foi um sucesso. Tive como assistentes minhas colegas de escritório, Fátima Fernandes Rodrigues de Souza e Marilene Talarico Martins Rodrigues - que viriam a se tornar sócias do escritório em 1987.

Já nesta época começava a trabalhar conosco uma figura de discrição e eficiência, que considero ter sido a espinha dorsal de todos os primeiros cursos da instituição, ou seja, o mestre pela Universidade Mackenzie, em Educação, Luís Roberto de Barros. Sua dissertação de mestrado foi sobre os métodos que usávamos no Centro de Extensão Universitária.

O sucesso do primeiro curso levou-me a organizar, em 1974, o 2º Curso de Direito Tributário, ou seja, em 10 aulas, e examinar “O Sistema Tributário Brasileiro”, onde novamente tive a colaboração dos mais famosos tributaristas de São Paulo.

Já a esta altura tinha sido encarregado pelo Padre Xavier de coordenar tais iniciativas com a participação de Luís Roberto e, mais tarde, de Ariovaldo, seu secretário-geral.

Na roça, no município Guaranésia, MG, em meados do século XX, visita entre vizinhos era um traço cultural de extrema importância. Havia uma amizade bonita entre as famílias. Vizinhos, amigos, parentes, compadres se visitavam muito nos finais de semana e aqueles que moravam mais perto, nas noites de calor e de um belo luar, saíam pra uma visita rápida ao vizinho para dar um dedo de prosa e tomar a fresca, como dizia. Iam os casais com a criançada. Chegando à casa do outro, que geralmente também tinha crianças, elas se juntavam, brincavam, corriam, enquanto pais e mães conversavam. Nessas visitas à noite, costumava-se servir um cafezinho, às vezes acompanhados umas bolachinhas caseiras. As visitas noturnas eram rápidas.

Logo voltavam pra casa, pois criança dormia cedo e o outro dia era de trabalho. A criançada voltava saltitando pelo caminho, livres, felizes, chegavam em casa e iam direto para a cama.

Mamãe, papai e nós crianças, morando na Graminha, certo dia saímos para visitar nossos vizinhos Lourdes e Altamiro Franco, o Dinho Franco, como era conhecido. Era uma noite linda de lua cheia, uma delícia! Nunca me esqueci dessa noite. Eu tinha sete anos, Geny seis, Nina quatro e Gina um ano, uma “escadinha”, como se referiam à miuçalha. Chegamos e fomos recebidos com a alegria de sempre pelo casal, que tinha três meninos pequenos. Sentamos todos na sala, com as portas e janelas abertas, devido ao calorão que fazia. Os adultos ficaram ali, no bate papo de sempre, e nós sentadinhas, quietas. A família tinha um camarada, Zé Preto, que era pau pra toda obra, tanto nos serviços da roça, quanto na cozinha. Ele ajudava Lourdes nos serviços da casa, pois ela estava com problemas de saúde e o médico havia recomendado repouso. Lourdes pediu a o ele que coasse o café e servisse na sala.

Zé foi para a cozinha e, dali a pouco, trouxe a bandeja de café com uns biscoitinhos, colocou na mesa e voltou para dentro. Lourdes serviu café e

ficou conversando. O casal não havia provado o café e não perceberam que o mesmo estava sem açúcar. Eu fui a primeira que percebi o café amargo, olhei para a mamãe e papai eles estavam tomando devagar, sem falar nada. Eu estava sentada perto da janela e, enquanto eles estavam distraídos conversando, joguei o café fora e fiquei disfarçando como se estivesse bebendo. Nisso a dona da casa se serviu, percebeu que estava amargo e gritou: “Zé Preto do céu! Ocê não botou doce no café!” Zé veio correndo, pegou o bulc, levou para a cozinha, adoçou e logo voltou pedindo desculpas. Zé era um rapaz educado e inteligente, órfão, descendente de africanos, ele foi criado, ora numa casa, ora em outra, nunca foi à escola, mas aprendeu a ler sozinho.

“Era um tempo em que a comunicação era difícil, não havia telefone e para dar qualquer recado, tinha de enviar um portador a cavalo. As visitas eram sempre de surpresa. A minha mãe, era muito esperta e, num zás - trás, preparava uma deliciosa comida, matava frango e tudo”.

Aquele café sem “doce”, como se dizia, na casa dos Franco, nos marcou, pois achávamos muito engraçado. Sempre que a mamãe coava o café, perguntávamos: pois “docc”, mãe? Nunca deixávamos de provar o café antes de servir. Hoje as coisas mudaram, o café é sempre servido sem açúcar, com açucareiro e adoçante sobre a mesa para cada pessoa adoçar ao seu gosto. Outros tempos.

Nós gostávamos mesmo era de visitar vizinhos que tinham meninas da nossa idade para irmos para o terreiro brincar de esconde-esconde, pique, roda... Bom mesmo era a correria. Era duro chegar numa casa e ficarmos sentadas, ouvido as conversas dos adultos. Quando recebíamos visitas com crianças em nossa casa, nós as levamos para o terreiro para brincar enquanto mamãe conversava e preparava o cafezinho servido com carinho, como sempre fazia. À medida que fomos crescendo, Geny e eu, já mocinhas, assumíamos essa tarefa, enquanto mamãe ficava no bate papo.

Como a maior parte das visitas era inesperada, mamãe sempre se prevenia. Tinha as suas latas com bolachinhas, quebra-quebras, rosquinhas, ora uma coisa, ora outra. Sempre que chegavam visitas de surpresa, o cafezinho era

Decidimos, em 1975, com a colaboração do Conjunto Universitário Cândido Mendes e Miguel Colasuonno, ex-prefeito de São Paulo e assessor especial da Presidência da República, organizar o 2º Congresso Interamericano de Direito Tributário, com professores brasileiros –de todo o Brasil—argentinos, mexicanos, franceses, espanhóis e de outros países latino-americanos.

Co-coordenei, no Centro de Extensão, o Congresso com o presidente da “Asociacion Interamericana de la Tribucion”, Professor Manuel de Juano, e dedicamos a temática a formulação de uma política tributária para o desenvolvimento urbano.

O sucesso do Congresso foi tão grande que, a partir daquele momento, o CEU passou a ser conhecido nacional e internacionalmente, até porque, no Congresso, foram publicados em torno de 40 livretos, com as teses apresentadas, o que passou a ser adotado, no Brasil, como formato para os futuros encontros jurídicos na área tributária.

A esta altura, já tínhamos publicado, com o título de “Noções de Direito Tributário”, o primeiro livro do CEU, coordenado por Américo Masset Lacombe e por mim, que eram as aulas do curso de atualização de 1973.

Decidimos, então, institucionalizar estes encontros anuais de juristas, em formato mais modesto, a que denominei de Simpósios Nacionais de Direito Tributário, sempre tratando de um único tema polêmico e não pacificado em nossa doutrina, nem na jurisprudência, para discussão entre acadêmicos.

O primeiro, dedicado ao tema “Decadência e Prescrição”, ocorreu em fins de 1976, tendo sido, antes, editado um livro com as teses expostas pelos autores, a fim de serem os exemplares distribuídos entre todos os participantes.

O formato era muito simples, a saber:

1) A escolha do tema; 2) a formulação de 4 a 6 questões pela comissão organizadora; 3) o convite aos autores para responderem as questões formuladas; 4) a edição do livro; 5) uma conferência inicial, para facilitar a discussão das questões; 6) debates em Comissões; 7) uma reunião plenária para discutir as conclusões das Comissões; 8) a formulação da conclusão final do Simpósio em plenário; 9) a publicação das conclusões; 10) E o encaminhamento delas para os Tribunais Superiores, a fim de servirem de material de suporte para discussão, quando o tema lá chegasse.

Foram 44 anos de Simpósios no mesmo formato do primeiro. Uma única diferença: nos primeiros simpósios, as discussões se prolongavam por um dia e meio. Mas adotou-se, com o tempo, começar às 9 horas em ponto, com prazo para a conferência inaugural e o trabalho das Comissões, até a discussão do Plenário às 17 horas. Este novo formato tem sido rigorosamente seguido há algumas décadas.

São, pois, 44 livros já publicados com a contribuição em torno de duas centenas de autores de renome nacional e internacional, escrevendo pelas páginas do que resolvemos denominar de “Pesquisas Tributárias”.

Nestes Simpósios, é de se lembrar que o conferencista inaugural, que mais abriu os nossos Simpósios, foi talvez aquele que tenha sido a maior figura da Suprema Corte neste país, ou seja, o Ministro José Carlos Moreira Alves. À época, dizia-se que, se o Supremo Tribunal Federal era o guardião da Constituição, Moreira Alves era o guardião do Supremo. Durante 31 anos proferiu a conferência inaugural.

Paralelamente aos Simpósios Nacionais, começamos, a partir de 1978, a oferecer os cursos de Direito Tributário, também com aulas ministradas por renomados tributaristas. O curso era de tal nível, que a Editora Saraiva dele publicou 14 edições, sempre atualizadas, durante o período em que o coordenei e vim a presidir a instituição, ou seja, até 2005.

Na década de 90, Senadores e Deputados solicitavam vagas para seus assessores. Nos vestibulares, para ingresso no Curso, chegamos a ter cinco candidatos por vaga. Foi o 1º curso de especialização a ser autorizado pelo Ministério da Educação, isto é, com autorização de outorgar o título de especialista a quem defendesse sua dissertação. Após as provas finais, os que passavam recebiam o título de formados no curso de especialização. O título de especialista era dado somente àqueles que tivessem defendido dissertação – era uma verdadeira “tese” — perante uma banca de 3 professores. Muitas destas dissertações foram publicadas em livros.

Deixei a presidência do CEU e a direção dos cursos – menos dos Simpósios — em 2005, passando o CEU a ser dirigido por outras pessoas da Obra e, já há algum tempo, por Ana Karam.

Assim, a contribuição acadêmica do CEU faz-se sentir em diversas outras áreas do mundo jurídico brasileiro, e não apenas no STF, para onde exemplares eram sempre enviados, tão logo publicados.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,

Professor Emérito das Universidades Mackenzie, UNIP, UNIFIEO, UNIFMU, do CIEE/O ESTADO DE SÃO PAULO, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME, Superior de Guerra - ESG e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região; Professor Honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia); Doutor Honoris Causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs-Paraná e RS, e Catedrático da Universidade do Minho (Portugal); Presidente do Conselho Superior de Direito da FECOMERCIO - SP; ex-Presidente da Academia Paulista de Letras-APL e do Instituto dos Advogados de São Paulo-IASP. É Sócio Honorífico do Instituto Histórico e Cultural de Arceburgo.